ENTRE GEORGE W. BUSH E OBAMA: A RELAÇÃO DOS EUA COM O ISLÃ E O MUNDO MUÇULMANO

Ariel Finguerut¹

Resumo: A proposta deste ensaio, e como tal tem caráter mais especulativo e reflexivo do que analítico e dedutivo, é discutir as relações entre EUA e o Islã/Mundo Muçulmano a partir de um recorte contemporâneo tendo como balizas os governos de George W. Bush (2000 – 2008) e Barack Hussein Obama (2009-2012) e como ponto de chegada as primeiras transformações da chamada Primavera Árabe que aqui serão sumariamente apresentadas a luz da percepção dos Estados Unidos. O objetivo desta trajetória ensaística é não só entender e apresentar diferenças e semelhanças entre os dois presidentes americanos como também discutir alguns conceitos e suas consequências políticas que nos ajudam nos estudos sobre as relações entre Ocidente e Mundo Muçulmano.

Abstract: The purpose of this essay, more speculative and reflexive than analytical and deductive, is to discuss the relationship between the U.S and the Muslim World. Our spectrum of analysis will be the George W. Bush (2000–2008) and Barack H. Obama administrations (2009–2012). This discussion will lead us to the so-called “Arab Spring”, discussed summarily focusing U.S perspective and aspirations. This Essay’s main purpose is to discuss differences and similarities between both administrations, as well as some concepts and ideas in studies of the relationship between the West and the Islam .

EUA frente ao Islã e ao Mundo Muçulmano

Os desafios são de longa data e as implicações sempre indetermináveis quando olhamos para a relação entre os EUA e o mundo árabe e com os muçulmanos como uma comunidade religiosa espalhada pelo mundo. Esta relação envolve e perpassa por questões não só estratégicas para os interesses americanos, como geopolíticas, culturais mas também chega inevitavelmente a

¹ Doutorando do programa de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), bolsista do Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), pesquisador do Grupo de Trabalho Oriente Médio Mundo Muçulmano (GT OMMM) , membro do conselho editorial do boletim *Malala*. Contato: arielfing@gmail.com

própria política doméstica e envolve e questiona as ideias de excepcionalidade e de destino manifesto centrais para a identidade estadunidense.

Tadjbakhsh (2010) questiona se não existiria uma visão islâmica para as relações internacionais pois, por se tratar de uma religião mas também de uma cultura com implicações identitárias, poderia haver posições guiadas por determinados valores para uma visão de mundo própria e portanto distinta dos EUA e do próprio ocidente, que por sua vez é pautado por conceitos como “estado-nação”, “democracia”, “direitos humanos” e “regimes internacionais”. Tadjbakhsh (2010) lembra que o islã como religião é expansionista e divide o mundo não em “estados nações” mas em espaços onde reina o islã versus espaços onde não reina o islã. A ideia de “nós” e “eles” cria, muitas vezes, uma alteridade pautada pela “guerra”, guerra dos fiéis contra os infiéis (ou vice versa), guerra contra o islã ou pela expansão do islã. Esta linha tênue entre uma afirmação identitária e o conflito com “o outro” não muçulmano aparece nas inúmeras discussões e interpretações em torno na ideia e do conceito de *jihad*. Tariq Ramadan² por exemplo, enfatiza a ideia de “conflito/luta interna” pensando o ideia de *jihad* como uma forma para superar dilemas e perturbações atingindo a paz e o bem estar, já Costa (2003) mostra como a ideia de *jihad* esta relacionada com os conflitos políticos que envolvem os muçulmanos em regiões como Palestina, Caxemira e Norte da África, regiões nas quais o islã se vê frente a outras culturas, outras tradições e outras religiões.

Outro preceito islâmico que influencia a política internacional é o *sharia* que, nos termos de Tadjbakhsh (2009), implica e se fundamenta na ideia de “proteger a vida dos muçulmanos, a propriedade e a fé³”. A discussão sobre a *sharia* muitas vezes é calorosa e polêmica no Ocidente, pois como doutrina tem implicações jurídicas que podem restringir as liberdades das mulheres e aceitar violações aos direitos humanos⁴. Por fim, Tadjbakhsh (2009) destaca as implicações do debate entre reformistas e revivalistas dentro do islã. A tradição reformista, também chamada de modernismo islâmico tem como referências, segundo Tadjbakhsh, Al-Afghani (1839 – 1897) e Muḥammad 'Abduh (1849 – 1905). Esta tradição buscava uma valorização da ciência, aproximando a fé, própria da religião a razão, própria da

² Cf. <<http://www.tariqramadan.com/spip.php?article11121>>. Acessado em 06 fev. 2013.

³ No original: “(...) to protect Muslim's lives, property and faith”

⁴ Segundo Pace (2005), a Declaração do Cairo de 1990, fruto de um encontro da *Organisation of Islamic Cooperation*, com 57 estados filiados, considerou que entre os preceitos da Sharia e reivindicações quanto aos Direitos Humanos, no islã a Sharia deve prevalecer.

racionalidade científica. O autor sintetiza esta tradição da seguinte forma (2009, p. 180) ⁵:

O islã quando bem entendido não seria contrário a racionalidade e a modernidade, pois seria imensamente constituído por verdades da modernidade tal como a racionalidade.

Já os revivalistas, como por exemplo Sayyid Qutb (1906 – 1966) e o Ayatollah Khomeini (1902 – 1989) buscavam uma legitimidade islâmica para um sistema social em oposição ao poder ocidental. Respondendo ao modernismo islâmico, eles argumentam que a fé tem primazia sobre a razão e que cabe ao mundo muçulmano lutar e resistir buscando suas tradições e verdades mais fundamentais para enfrentar o poder e a expansão dos interesses e valores ocidentais, que consideram tóxicas, corruptas e maléficas para o islã e para os muçulmanos como um todo.

Assim como não há homogeneidade na sociedade estadunidense, nem no Ocidente, o islã tampouco é homogêneo e as ideias de unidade islâmica passaram por várias tentativas como o Pan-Arabismo dos anos 50 e 60 e a partir dos desdobramentos da Revolução Iraniana de 1979. Diante desta difícil relação entre Islã e Ocidente, o sociólogo italiano Enzo Pace discute temas próprios da ciência política como legitimidade, autoridade e governabilidade no islã de tal forma que suas conclusões podem nos ajudar a entender o debate nas relações entre EUA e Mundo Muçulmano. Pace (2005) concluiu que no Islã, religião e política se misturam e se interpõem de tal forma que, ao exemplo do próprio Profeta, que teve papel reformador assim como de líder religioso, é preciso no islã, unir o poder espiritual com o poder temporal. Todavia esta união não é estável, nas termos de Pace (2005, p. 326):

(...) enquanto Mohamed está vivo, a fusão entre religião e política (...) é ponto pacífico; mas quando ele sai de cena, esta não é mais possível nem pode ser repetida ao longo do tempo nem invocada por alguém que pretendesse tomar-lhe o lugar.

A questão da herança legítima, da unidade entre religião e política e da sucessão do profeta terá implicações históricas chegando até o presente envolvendo as diferenças e disputas entre sunitas, xiitas⁶ e outros grupos pela sucessão e

⁵ No Original: “ islam, when properly understood, was not opposed to rationality and modernity, for it was largely constitutive of modern truths such as rationality”

⁶ Segundo Costa (2003), o xiismo afirma uma descendência a partir de Ali (o Imâm) que seria o sucessor legítimo do profeta..

linhagem legítima a partir do Profeta⁷. A difícil relação entre religião e política que perpassa pelo sensível tema da legitimidade, força, temendo a desagregação da comunidade religiosa, a se buscar na política por instrumentos de coerção e de unidade, visando manter e preservar uma ordem pública fortemente regida por preceitos e interpretações religiosas.

Encontramos inúmeros relatos de grupos e pessoas punidas ou violentadas, acusadas, por exemplo, de “abandonar a religião” ou por “anunciarem um profeta pós-Maomé⁸” ou simplesmente por ameaçarem a ordem pública⁹. Portanto é um desafio ao ocidente ao lidar e estudar o islã e o mundo muçulmano, entender que religião e ordem pública estão imbricados de tal forma que uma interpretação de ofensa religiosa terá consequências e implicações que podem ameaçar a ordem pública. A visão ocidental (judaico-cristã) como mostra Sacks (2012) ao estudar o uso da bíblia hebraica, se pauta mais pelos limites do poder e pelas virtudes não políticas (individuais) e demonstra ambiguidade quando discute o poder divino dos reis enfatizando que “a teoria política” não é “revelada” mas sim encontrada nos “detalhes”.

Esta diferença entre o Ocidente e o Islã diante da relação entre religião e esfera pública tem implicações direta em dois temas do debate contemporâneo que pautam a relação: a islamofobia que ameaça o Islã e o antiamericanismo que ameaça o Ocidente, mas principalmente os EUA e seus aliados.

⁷ Para uma discussão mais detalhada sobre as diferenças na sucessão do profeta e uma boa introdução ao islã, Cf. *Sociedade e cultura na Área Islâmica*. Teresa de Almeida e Silva, Ed. ISCSP, Lisboa, 2010.

⁸ Cf. caso dos Baha'is no Irã. Cf. por exemplo, *Entre Dois Mundos* da jornalista Roxana Saberi, Ed. Larousse, SP, 2011.

⁹ Neste caso envolve desde movimentos estudantis até lutas específicas de mulheres, trabalhadores ou ambientalistas por exemplo. Cf. por exemplo, *Social Movements, Mobilization and Contestation in the Middle East and North Africa* organizado por Joel Beinin e F. Vairel. Ed. Stanford University Press (2011).

Islamofobia e Antiamericanismo

A islamofobia entendida como uma manifestação de preconceito e discriminação contra o islã e seus praticantes, se manifesta pela linguagem (escrita, oral mas também artística) mas também permeia o debate das leis e dos debates políticos em regiões como a Europa com forte presença e migração de muçulmanos. Na última década – principalmente a partir de 2005 com a publicação de cartoons envolvendo o profeta em um jornal na Dinamarca – se proliferou pelo Ocidente manifestações artísticas, culturais e acadêmicas consideradas críticas quando não desrespeitosas e difamatórias contra o Islã e seus preceitos e tradições gerando reações violentas e manifestações em todo Mundo Árabe produzindo mortos e ameaças de uma escalada de violência entre muçulmanos e diante do Ocidente. A discussão sobre o direito a livre expressão é algo caro ao ocidente e trata-se de uma das heranças do iluminismo e um dos valores da sociedade democrática porém, para muitos especialistas no islã, e para muitos líderes religiosos muçulmanos, ofender o profeta despertar a percepção de que o Ocidente (judaico-cristão) estaria mais uma vez afirmando sua superioridade e acusando o islã de ser inferior o que, por sua vez, afeta diretamente o sentimento de orgulho que, por sua vez facilmente se transforma em raiva e leva a agressão.

Esta linha de raciocínio: Ofensa ao Islã → Sentimento de Inferioridade → Orgulho ↔ Raiva ↔ Violência; pode nos ajudar a entender a violência produzida no caso dos cartoons dinamarqueses e também franceses mas ganhou grande dimensão recentemente em 2012 com as reações ao filme feito nos EUA: *Innocence of Muslims*¹⁰. Este vídeo -com pouco mais de 10min desconexos num popular portal de vídeos na internet - foi suficientes para produzir protestos em dezenas de países pelo mundo todo, alguns que terminaram de forma violenta, assim como algumas embaixadas ocidentais ficaram sob ameaça, inúmeros cinemas foram destruídos no Oriente Médio e passou-se a se discutir na mídia Ocidente e nas Instituições Internacionais mecanismos para punir o que no islã se considera atos de blasfêmia.

¹⁰ Segundo o governo americano o responsável pelo filme foi o egípcio Nakoula Basseley Nakoula, que segundo a revista Vanity Fair, dirigiu e produziu o filme a revelia dos atores que não sabiam que se tratava de filme difamatório e islamofóbico. Cf. <<http://www.vanityfair.com/culture/2012/12/making-of-innocence-of-muslims>> Acessado em 07 fev. 2013.

Contudo a discussão também gerou contrapartidas que argumentavam esperar que declarações e manifestações antiamericanas e antisemitas no Mundo Muçulmano também fossem punidas. A reação do governo dos EUA ao filme¹¹ teve como estratégia frisar não ter qualquer relação com a produção e distribuição do mesmo e enfatizou os laços de respeito e amizade que tem com o islã e com os países muçulmanos porém sem sinalizar que iria mudar suas políticas quanto a liberdade de expressão. O impasse em torno do filme envolvendo islamofobia mas também o direito a liberdade de expressão é um bom exemplo da dificuldade em se “mudar imagens” e “mentalidades” na relação entre EUA e o Mundo Muçulmano. Estas mesmas dificuldades perpassam o tema do antiamericanismo que apesar de aparecer com força no Oriente Médio e entre os muçulmanos tem raízes ocidentais/europeias e trata-se de um fenômeno diretamente associado a projeção de poder dos EUA e que portanto tem origens que remontem a I Guerra Mundial , ganhando novo impulso na II Guerra, durante e no pós – Guerra Fria e nos últimos dez anos no contexto da “guerra ao terror”.

Berman (2008) identifica o antiamericanismo como um fenômeno cultural europeu cujo papel é de servir como desdobramento de um contraste entre dois modos distintos de ver e pensar a política internacional. De um lado há a visão europeia, cuja conduta e identidade internacionais se pautam por regras claras, instituições eficientes e busca por relações pacíficas cujos problemas são resolvidos diplomaticamente evitando a todo custo às guerras. Já os EUA na visão europeia seria uma força “arrogante”, “violenta”, “imperialista”, verdadeiros inimigos da paz e “senhores da guerra”. E no Oriente Médio e entre os muçulmanos a percepção não é de todo diferente. Como encontramos em pesquisa do Pew Research (2011), quando perguntados sobre o porquê do atraso e da falta de prosperidade nos países muçulmanos, 53% responderam ser uma consequência das políticas dos EUA/Ocidente, o que reforça a percepção já apontada por outros analistas, de que entre os muçulmanos vigora a percepção de que são vítimas da arrogância, prepotência e da covardia ocidentais. Esta percepção pode ser encontrada nas próprias declarações de Osama Bin Laden desde meados dos anos de 1990 e fica

¹¹ Cf. comunicado oficial da Casa Branca divulgado e transmitido em vários países do Oriente Médio: <<http://youtu.be/RostqHkiYDg>> Acessado em 07 fev. 2012.

evidente na chamada “Carta a América”¹² de novembro de 2002 no qual declara que o ataque e a guerra contra os EUA seria uma resposta aos ataques sofridos e em curso contra os muçulmanos, enfatizando o caso dos Palestinos.

Para Berman (2008) ver-se como vítima justifica o antiamericanismo uma vez que são os EUA a grande potência ocidental e, portanto, seria o poder americano que direta ou indiretamente estaria produzindo miséria e humilhação entre os muçulmanos. No raciocínio de Berman o antiamericanismo surge neste contexto como um instrumento ideológico que justifica o ódio, em sintetiza chega-se num raciocínio pautado pela ideia de que “se eles nos odeiam então nós os odiamos também” o que num segundo momento se transforma em “nós os odiamos então eles devem nos odiar também”. Esta lógica sustenta uma visão ideológica antiamericana mas não se confirma empiricamente em pesquisas de opinião feitas também no Ocidente. Medindo a percepção que judeus, cristãos e muçulmanos tem uns dos outros comparando países ocidentais com muçulmanos a pesquisa do Pew Research (2011) chegou a seguinte tabela:

Ratings of Muslims, Christians, and Jews			
	<i>% Favorable</i>		
	Muslims	Christians	Jews
	%	%	%
U.S.	57	89	82
Britain	64	83	76
France	64	84	84
Germany	45	75	71
Spain	37	76	59
Russia	62	89	63
Israel	19	54	88
Turkey	72	6	4
Egypt	97	48	2
Jordan	96	57	2
Lebanon	92	96	3
Palest. ter.	82	--	4
Indonesia	97	52	9
Pakistan	95	16	2

In predominantly Muslim countries, figures are for Muslims only. Due to an administrative error, ratings of Christians in the Palestinian territories are not shown.

PEW RESEARCH CENTER Q3g-i.

Tabela 1 – A Percepção favorável dos muçulmanos, cristãos e judeus em relação a si e uns aos outros em países do Ocidente e do Mundo Muçulmano¹³

¹² Cf. texto na íntegra em inglês em: <<http://www.guardian.co.uk/world/2002/nov/24/theobserver>> Acessado em 20 jan. 2013.

Estes dados chamam atenção para o fato de que a percepção favorável aos muçulmanos em países ocidentais como Estados Unidos, Grã Bretanha, França e Alemanha, apesar de ser inferior aos índices favoráveis a Cristãos e Judeus, oscila entre 45% e 64%, já em países muçulmanos como Egito, Jordânia e Líbano o índice de “favorável” para judeus varia entre 2 e 3% e para cristãos entre 48 e 96% o que nos mostra que o sentimento anti-EUA e anti- Ocidente alimentado pela percepção de que “odiamos por que eles nos odeiam” não se materializa na esfera da sociedade internacional. Neste sentido autores como Berman (2008) falam do antiamericanismo como uma obsessão que, em síntese, segue sua própria lógica ideológica sendo muito mais emocional do que propriamente “material”.

Considerando as variáveis “islamofobia” e “antiamericanismo” ao compararmos a política externa de George W. Bush (2000 – 2008) com Barack H. Obama (2009 – 2012) teremos um contraste interessante que poderá nos ajudar na reflexão sobre as relações entre EUA e Mundo Muçulmano, mas, como notaremos há mais continuidades e semelhanças entre os dois presidentes do que a Comissão do Prêmio Nobel da Paz gostaria de constatar.

Dilemas da Política externa dos Estados Unidos entre George W. Bush (2000-2008) e Barack H. Obama (2009 – 2012)

As tradições, mentalidades, interpretações e identidades que apresentamos aqui muitas vezes se misturam como veremos a partir de agora.

Um conceito importante que pode nos ajudar a comparar e notar semelhanças e diferenças entre Bush e Obama é o de mudança de regime. Este conceito não é novo e nem exclusivo da ascensão e da hegemonia do poder americano. Teoricamente, trata-se de pensar em transformações, intervenções em países com alguma soberania, cujo resultado se espera que contribua para a paz, a

¹³ Fonte: Pew Research Global Attitudes Project <<http://www.pewglobal.org/2011/07/21/chapter-1-the-rift-between-muslims-and-the-west/>> Acessado em 09 fev. 2013.

estabilidade internacional e em melhores condições políticas, sociais e econômicas para um determinado povo. Na prática, os EUA ao realizarem mudanças de regimes podem muitas vezes, estar aumentando a violência, aumentando a instabilidade e colocando mais vidas em risco. James D. Fearon (2011) argumenta que os reais motivos das mudanças de regimes promovidas pelos EUA estavam relacionados a questões ideológicas, ou seja, os EUA derrubavam governos que ideologicamente não concordavam os interesses americanos. Neta Crawford (2011) considera uma contradição pensar em promover a democracia como consequência de ações militares e John Tirman (2011) argumenta que muitas vezes, a mudança de regime se transforma num “negócio arriscado” lembrando que, um ditador acaba sendo substituído por outro ou, um determinado grupo étnico passa a ser perseguido no lugar de outro.

No debate da política externa dos Estados Unidos, comumente encontramos a associação entre a promoção da mudança de regime a tradição idealista-wilsoniana. Trata-se de pensar os EUA como uma superpotência capaz de produzir e manter a estabilidade e a ordem internacional e, para isso, se utilizando de seu poder militar para combater terroristas, frear a proliferação de armas químicas e de destruição em massa, bem como frear abusos aos Direitos Humanos e genocídios, livrando o mundo de ditadores e, sobretudo, promovendo a democracia. Mas, de toda esta retórica benevolente com o poder americano o ponto central é a importância da estabilidade no sistema internacional e na confiança no poder militar dos EUA. Neste ponto o governo George W. Bush quando comparamos com o governo Obama, apresentou maior confiança e aposta na mudança de regime, embora Obama tenha em seu mandato -via Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) - promovido a mudança de regime na Líbia, então governada pelo coronel Gaddafi.

A administração de George W. Bush experimentou ao longo de seus oito anos de governo diferentes tipos de reações. Eleito em 2000 num contexto de polarização eleitoral em meio a disputas jurídicas e acusações de fraude, passou, pós-ataques terroristas em 11/09/01, a ter índices de aprovação inéditos historicamente, um apoio como “presidente em guerra” que rapidamente foi consumido após a Guerra do Afeganistão e Iraque. A reeleição em 2004 foi tranquila, mas sofreu durante seu segundo mandato um dos maiores declínios de popularidade, passando por crises

como o pós - furação Katrina, fruto de acusações de corrupção e decorrentes da crise no Iraque, além de crise financeira, terminando seu governo com aprovação em torno de 30%¹⁴. Esta variação com pico de aprovação e declínio crescente de popularidade torna-se bem visível no gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Porcentagem de aprovação do trabalho do presente George W. Bush entre 2000 e 2009¹⁵

Ao longo de seus oito anos do governo duas ideias ficaram associadas a sua administração, a defesa e prática da mudança de regime a ideia e defesa do poder americano como uma força benevolente de mudança e produtora de estabilidade no Sistema Internacional. Outro ponto central do governo Bush foi a importância que o Oriente Médio e consequentemente o islã passou a ter no contexto da declara “guerra ao terror”. A tese da benevolência do poder americano, defendida, por exemplo, por Kagan (1998) argumenta que nenhum problema mundial poderia ser resolvido sem os EUA e, na medida em que o poder americano se expandiria, o mundo ganharia em “eleições democráticas”, “direitos as mulheres”, “melhores

¹⁴ Cf. dados em: <<http://www.gallup.com/poll/124922/Presidential-Job-Approval-Center.aspx>> Acessado em 07 fev. 2013.

¹⁵ Fonte: Instituto Gallup <<http://www.gallup.com/poll/116500/presidential-approval-ratings-george-bush.aspx>> Acessado em 02 fev. 2013.

condições de trabalho”, aumento de renda e direitos humanos de modo geral. E estes “valores” e “benefícios” teriam maiores condições de atração (de aliados, países e povos) do que de repulsa. Kagan (1998) defende este poder de atração enfatizando que os valores defendidos pelos EUA e seus objetivos quando em guerra não são egoístas e produzem em seus termos “um mundo melhor” se perguntando, quem, se não os EUA, para se preocuparem com a ordem global, ordem esta que interessa a todos, europeus, russos, chineses e muçulmanos. Para Kagan a contradição dos críticos ao poder dos EUA é ao almejar uma ordem “multipolar” não se preocuparem com quem assumiria o preço e as responsabilidades quanto a estabilidade e ordem do Sistema Internacional. Portanto, nesta linha de raciocínio caberia os EUA insistirem no unilateralismo apesar dos críticos e apesar dos eventuais “desgastes” que compõem o preço a pagar por ser, nos termos da ex-secretária de Estado de Bill Clinton, Madeleine K. Albright, “a nação indispensável”.

George W. Bush a partir dos ataques de 11/09/01 enviou sinais ambíguos ao mundo quando aos rumos do poder americano. Ao mesmo tempo em que o mundo se uniu em condenar os ataques e a se solidarizar com os EUA, Bush sinalizava para uma ação solitária na qual o mundo escolheria o lado americano ou o lado dos terroristas¹⁶. E uma vez que os terroristas estavam associados ao Islã (via Al Qaeda; Taliban; Afeganistão e Iraque) muitos comentaristas retomaram e reinterpretaram as teses de Samuel Huntington, que em 1996 havia lançado O Choque de Civilizações. Dentre as reinterpretações uma de maior influência passou a ser a de Norman Podhoretz, sintetizada no livro de 2007, *World War IV: The Long Struggle Against Islamofascism*, no qual o autor argumenta que os EUA, pós- 11/09/01, estava envolvido em uma série de conflitos, como no Afeganistão e no Iraque e também conflitos diplomáticos como no caso do Irã sem contudo, ter um inimigo claramente definido. O que Podhoretz (2007) classifica como islamofacismo é fruto de uma mistura de uma leitura fundamentalista do islã, expressão pelo Taliban com uma estrutura autoritária na organização política expressão pelo regime de Saddam Hussein no Iraque. Portanto, caberia aos EUA que já derrotou o nazifascismo europeu o fascismo soviético derrotar desta vez, o islamofascismo e, o 11/09/01

¹⁶ Nos termos de George W. Bush (no original) : “Every nation, in every region, now has a decision to make. Either you are with us, or you are with the terrorists.” (in: President Bush's address September 21, 2001, in Congress. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2001/US/09/20/gen.bush.transcript/>> Acessado em 08/02/2013.

neste sentido, não foi uma “surpresa” mas apenas um fato que serviria para os EUA reconhecer um inimigo que já existia e que assim como os outros inimigos já citados, apresenta uma visão de mundo inconciliável a dos EUA, com um agravante, ao contrário dos inimigos do passado (nazistas e soviéticos) o islamofascismo foi o único a atacar os EUA em seus principais símbolos de poder. Contudo como frisa Podhoretz em entrevista a Peter Robison para o Hoover Institution¹⁷, os EUA apesar de já completar mais de década na “guerra ao terror” ainda conhece pouco sobre o islã e não tem um consenso claro de qual é sua estratégia e seus objetivos nos conflitos e no envolvimento dos EUA com o Oriente Médio e o Mundo Muçulmano.

Esta percepção de não conhecer o islã e não ter uma estratégia clara também foi apresentada por Madeleine K. Albright (2003) que aponta como um dos grandes problemas da reação do governo Bush ao 11/09/01 a ausência de um espectro de escolhas, uma moldura que permitiria definir claramente quais são os interesses em jogo, as possibilidades de ação e os objetivos a serem atingidos. Sem esta “moldura” Albright enfatiza que os EUA rapidamente passaram a ser um poder temido e não mais benevolente.

Para Albright (2003) a política externa de Bush frente ao terrorismo islâmico isolou os EUA ao se pautar por ações preemptivas, sem uma aliança clara, criando a imagem de uma nação “sozinha” disposta mais a se manter mais forte e mais poderosa do que as demais e não construindo alianças. Para Kristol e Kaplan (2003) a reação aos EUA não foi por “justiça” mas por uma “luta global contra uma ameaça global” ou seja, mais uma vez os EUA estaria colocando seu poder a serviço da ordem global e da segurança de outras nações. Albright (2003) em outras palavras, classifica este novo momento a partir da estratégia de segurança nacional de 2002 que falava em “auto-defesa antecipatória”, ou seja, os EUA iriam onde fosse preciso para “prevenir” novos 11/09 e novas “Al-Qaedas” e neste espírito “preventivo” e “antecipatório” o governo de George W. Bush justificou a Guerra do Iraque alegando a ameaça de presença e proliferação de armas químicas e biológicas além do incentivo ao terrorismo e suposta ligação com a Al-Qaeda. A

¹⁷ Cf. em: <<http://www.nationalreview.com/media/uncommonknowledge>> Acessado em 08 fev. 2013.

Guerra do Iraque para Albright (2003) representou um novo sentido para a “guerra ao terror” em suas palavras¹⁸ (2003, p. 06):

Bush reformulou sua questão inicial: Ao invés de simplesmente pedir aos outros para se oponham a Al Qaeda, ele passou a pedir para que se oponham a Al Qaeda, apõem a invasão a um país árabe e apõem uma doutrina de preempção, tudo isso compondo um único pacote.

Neste sentido a guerra do Iraque e seus desdobramentos criaram na opinião pública internacional a sensação de serem os EUA uma nação inconsequente, que age pelas suas próprias vontades, e George W. Bush passou a ser a própria imagem do “Sr. Da Guerra”. Aos analistas da política internacional a pergunta deixada pela volta do “wilsonismo duro” da política externa dos EUA no limiar do século XXI foi: Conseguiriam os EUA construir e manter uma legitimidade para conquistar e produzir mudanças políticas não só no Mundo Muçulmano mas em qualquer outro lugar? Até onde iriam os EUA?

O governo Bush além da questão de legitimidade e do alcance (até onde poderia ir depois das guerras no Afeganistão e Iraque?) de sua força e capacidade de transformação a partir da ação militar (a eficácia das mudanças de regime) também despertou discussões em torno do futuro do poder americano, ou seja, estariam os EUA se transformando num Império? Estaria o poder americano em declínio e avançaríamos para uma ordem multipolar ou “não polar” nos termos do diplomata Richard N. Haass?

Foi neste contexto que surgiu Barack Hussein Obama, inicialmente um antagonista a Hillary Clinton a candidata favorita do Partido Democrata e que defendia a volta do respeito aos aliados tradicionais da Casa Branca e o fim dos EUA como a nação que impõe sua vontade ao mundo, defendendo em sintonia com as ideias de Smart Power de Joseph S. Nye Jr. (2008) a prioridade em transformar velhos inimigos em novos aliados, restaurando a “liderança americana” valorizando a cooperação internacional em detrimento das ações unilaterais associadas ao governo Bush. Obama defendia a “renovação da liderança americana”, uma liderança que seria positiva, pondo fim a imagem de “bully” associada a George W. Bush e prometendo por fim a guerra do Iraque, fechar a base de Guantánamo

¹⁸ No original: “(...) Bush has reframed his initial question. Instead of simply asking others to oppose al Qaeda, he now asks them to oppose al Qaeda, support the invation of an Arab country, and endorse the doctrine of preemption – all as part of a single package”.

acreditando na diplomacia como instrumento para persuadir o Irã e outros possíveis inimigos. Após árdua disputa, Obama venceu Hillary nas primárias e entrou fortalecido na campanha nacional.

O antagonismo entre Obama, escolhido como candidato democrata e John McCain, o candidato republicano, facilitou o candidato democrata que era “jovem”, “negro”, “contra a guerra” e que iria trazer mudança e esperança aos EUA e ao mundo enquanto McCain, apesar do histórico de certa independência como senador, ficou associado ao legado de George W. Bush, era “velho”, “branco” e prometia maior envolvimento militar no Iraque propondo um novo internacionalismo, retomando a ideia wilsoniana de Liga das Nações que ele chamaria de “Liga Democrática”. No mais Obama avançou nas pesquisas na medida em que a crise econômica de 2008 se agravava.

A simples vitória de Obama, primeiro presidente declaradamente negro eleito dos EUA serviu por si para aumentar a confiança e melhorar a imagem internacional dos EUA. O que já representou um ganho de *Soft Power* considerável para os EUA, como consequência dessa melhora de percepção internacional, Obama foi laureado com o Nobel da Paz em 2009 no qual em seu discurso de agradecimento fez referência ao conceito de “guerra justa”¹⁹ e se dirigiu ao mundo muçulmano em discurso no Cairo em junho de 2009²⁰ no qual propõe uma “nova relação” com o mundo muçulmano.

Apesar do clima otimista e de “mudança”, analistas da política externa apontam para ambiguidades na política externa de Obama. A começar pelos sinais confusos na relação com o Irã, pois Teerã não apresentou sinais de recuo e, ao contrário, diante das crises no Iraque e na Síria voltou a ser um ator regional com certa influência, além de seguir com uma retórica agressiva e ameaçadora contra Israel. Outro ponto ambíguo é a base militar americana em Guantánamo. Esta base se transformou num símbolo internacional da política agressiva e unilateral e que viola as convenções de Genebra, do governo Bush acusado de não respeitar direitos humanos, mantendo presos de diferentes países em condições desconhecidas com suspeitas de práticas de tortura em interrogatórios em prisões secretas mantidas

¹⁹ Cf. Discurso em: <<http://youtu.be/AORo-YEXxNQ>> Acessado em: 02 fev. 2012.

²⁰ Cf. discurso em: <http://youtu.be/B_889oBKKNU> Acessado em 02 fev. 2013.

pela pelo serviço de inteligência dos EUA (a CIA) e pelas forças armadas²¹. Obama prometia fecha-la e não o fez e passou a usar mais frequência Drones²² como instrumento de ataque preventivo no combate ao terrorismo, prática também que desrespeita a Convenção de Genebra mas que segundo pesquisa do portal de notícias Huffington Post, quando aplicado para matar terroristas tem o apoio de 54% dos americanos²³. Além disso, não deixa de ser contraditório Obama apresentar a localização seguida de morte de Osama Bin Laden no Paquistão como um dos grandes feitos de seu mandato sendo que conforme enfatizado pela organização *Keep America Safe*²⁴ não seria possível tal feito sem a investigação do serviço secreto, investigação esta que para muitos grupos de Direitos Humanos, inclui tortura. Também houve a mudança de regime na Líbia, derrubando o governo de Muammar Gaddafi, liderado pela Otan, ocorreram novos ataques atribuídos a al Qaeda com em 2012 na embaixada americana em Benghazi. A mudança de regime na Líbia foi um caso exemplar para sinalizar a ambiguidade da política externa de Obama.

Nye (2011) enfatiza que Obama teria “objetivos limitados” com um “compromisso limitado” na Líbia, agindo com prudência e preocupado com civis em sintonia com os interesses da Liga Árabe e do Conselho de Segurança das Nações Unidas, não assumindo o ônus do problema. Esta postura para Nye seria um exemplo de “liderança inteligente”. Em síntese, Nye propõe que a política externa dos EUA seja uma “manutenção da hegemonia” enquanto outras potências irão emergir. Para Fawaz A. Gerges (2012) o caso de mudança de regime na Líbia não mostra a “liderança inteligente” mas somente a incapacidade - pós desgaste da administração de George W. Bush - dos EUA agirem sozinhos. E enfatiza que o multilateralismo também tem efeitos contrários as “melhores intenções” como os

²¹ Os casos de abuso da prisão mantida pelo exercito americano em *Abu Ghraib* ganharam destaque. Cf. documentário de Rory Kennedy de 2007, *Ghosts of Abu Ghraib*.

²² Drones é o nome popular para veículo aéreo não tripulado de combate, *UCAV* na sigla em inglês. São instrumentos de guerra com grande autonomia de voo (chegando a 16h sem reabastecimento), oferecem alta precisão para ataques a alvos pré-determinados e também podem ser usados para espionagem e serviços de informação. Segundo Medea Benjamin (2012) , todos os ataques feitos por Drones precisam ser autorizados pelo presidente.

²³ Já no caso de investigações que incluíam praticas de tortura, com exceção da parcela da população que se identifica como conservadora e entre homens que se identificam com republicano, todos os outros segmentos da sociedade rejeitam em mais de 50% o uso da tortura. Ver pesquisa completa em: <http://voices.washingtonpost.com/behind-the-numbers/2009/01/on_torture.html> Acessado em 04 jan. 2013.

²⁴ Mantida e organizada pelo ex-vice presidente Dick Cheney , articula –se com outros grupos conservadores. Cf. em <<http://www.keepamericasafe.com/?p=6935>> acessado em 21 fev. 2013.

exemplos históricos do Sudão do Congo e mais recentemente da Síria nos quais conflitos entre o Estado e forças rebeldes ou entre diferentes grupos étnicos se estenderam por meses causando milhares de mortos e refugiados. Para Kristol (2012) importante articulador conservador dos EUA, a estratégia de Obama na Líbia longe de ser “inteligente” mostra uma perigosa trajetória de retração e de retirada dos EUA, processo que produziria grande instabilidade no Sistema Internacional com consequências muito piores do que o suposto unilateralismo dos anos de Bush.

Para ex-apoiadores da política externa de George W. Bush como William Kristol, Norman Podhoretz e Niall Ferguson (2012), Obama não só estaria comprometendo o futuro do poder e da hegemonia americana como estaria colocando os EUA na posição de ator secundário, uma vez que apesar da melhora da imagem internacional os EUA não conseguiram durante seu primeiro mandato, construir alianças, frear forças rivais e mantiveram um modo de agir, pautado por ações secretas, ataques relâmpagos a revelia das convenções internacionais e mesmo assim, sem conseguir – como gostaria Hillary Clinton, secretária de Estado do primeiro mandato de Obama – transformar velhos inimigos em novos aliados²⁵.

Em se tratando das relações entre EUA e Oriente Médio a ambiguidade também acompanha as políticas e posições da política externa de Obama. No conflito Israel – Palestina no qual os EUA ainda são o ator mais influente, os dois lados tem demonstrado descontentamento com a posição distante dos EUA. Como bem argumentam Bernard Avishai e Sam Bahour (2013), ou Obama assume a influência e o poder de mediação que representa, ou os radicais dos dois lados iram se fortalecer, além de que “os moderados de ambos os lados desejam a paz, mas primeiro necessitam de esperança, a mesma “esperança” que Obama propagava representar quando candidato em 2008 mas que tem passado distante do conflito Israel - Palestina. A mesma falta de mediação e de uso de influência pode ser negativamente decisiva para que as hostilidades crescentes entre Israel e Irã e se transformem em mais uma guerra e, também como destaca McCain (2013) e outros 2 senadores dos EUA, a diplomacia americana tem fracassado no caso sírio e a situação deste país esta cada vez pior, com mais mortos, mais refugiados e o atual regime não sinaliza para mudanças ou transição.

²⁵ A única exceção seria o caso de Mianmar. Mais detalhes em: <http://www.nytimes.com/2012/04/05/world/asia/myanmar-sanctions.html?_r=0>. Acessado em 08 fev. 2013.

Interessante notarmos também que apesar do impacto positivo inicial na imagem internacional dos EUA, no Oriente Médio e no Mundo Muçulmano a relação dos Estados Unidos com o países muçulmanos apresentou uma percepção de piora diante de Obama, como por exemplo no Egito, Jordânia e Paquistão como mostra a tabela abaixo:

Fewer Westerners See Bad Relations Between Muslims and Western Nations			
<i>% Saying generally bad</i>	2006	2011	Change
	%	%	
Russia	53	38	-15
Britain	61	52	-9
Germany	70	61	-9
U.S.	55	48	-7
France	66	62	-4
Spain	61	58	-3
Indonesia	54	41	-13
Turkey	64	62	-2
Egypt	57	60	+3
Jordan	54	58	+4
Pakistan	25	45	+20
Lebanon	--	62	--
Palest. ter.	--	72	--

In predominantly Muslim countries, figures are for Muslims only.

PEW RESEARCH CENTER Q36.

Tabela 2 – Percepção das relações entre Ocidente e Mundo Muçulmano²⁶

Importante notarmos que após a eleição de Obama em 2008 o principal fator de mudança nas relações entre o Mundo Muçulmano e o Ocidente foi a chamada “Primavera Árabe” em 2011, 2012 e suas consequências, com a queda de regimes e mobilizações populares por vários países muçulmanos se estendendo até o presente.

Os acontecimentos e desdobramentos da Primavera Árabe, ainda recentes - quando não ainda em curso - nos impedem de fazer uma análise conclusiva. Um

²⁶ Fonte: Pew Reserch Center, <<http://www.pewglobal.org/2011/07/21/chapter-1-the-rift-between-muslims-and-the-west/>>

ponto que pretendemos discutir é se a Primavera Árabe sinaliza uma aproximação com o ocidente (e com os EUA) e, diante dos acontecimentos, qual tem sido a posição dos Estados Unidos. Visando sintetizar esta discussão montamos o quadro que segue. Neste quadro fica claro que os protestos que culminaram na Primavera Árabe não tiveram os EUA como alvo, ou seja, os Estados Unidos não foram a causa da Primavera Árabe; contudo, considerando o envolvimento americano e a importância estratégica que a região tem para a estabilidade internacional e portanto para os interesses de Washington D.C, os EUA observam e se preocuparam com os desdobramentos da Primavera Árabe especialmente por que Obama, assim como qualquer outro presidente, não tem controle sobre o que virá.

País	Percepção estratégica dos EUA	Transformação no contexto da Primavera Árabe	Posição dos EUA	Expectativa dos EUA
Yêmen	- País com grande envolvimento em atividades terroristas. Conjuntamente com países arredores - grande desigualdade social (o país figura entre os mais pobres do mundo)	Ali Abudullah Saleh, tradicional aliado dos EUA ficou no poder entre 1990 e 2012. Passando o poder para Abd R. M. al-Hadi	- Os Estados Unidos consideram o governo al -Hadi um aliado e um governante bem intencionados e com agenda de reformas.	Ao investir tanto a infra-estrutura do Yemem como também em ajuda humanitária e ao aproximar al-Hadi de seus interesses a expectativa é de melhorar as condições sociais e políticas do Yemem combatendo também assim a al Qaeda.
Paquistão	Durante o governo George W. Bush (2000 – 2008) era considerado um aliado central na guerra contra o terror. A partir de 2009 já no governo Obama o país é apontado como uma das prioridades no combate ao terrorismo culminando na morte de Osama Bin Laden em maio de 2011 em Abbottabad, Paquistão.	Não houve mudança de regime embora desde 2011 ocorram grandes manifestações em Islamabad.	Muitas vezes os EUA acusam o Paquistão de ter dois comportamentos, hora se comprometendo a combater grupos terroristas mas hora se mostrando ausente, principalmente no controle entre Afeganistão e Paquistão região estratégica não só para o Taliban mas para inúmeros outros grupos terroristas que atuam na Caxemira e em outros países.	Apesar das desconfianças de ambos os lados, os EUA seguem injetando dinheiro para ajuda humanitária e oferecendo auxílio e treinamento para o combate ao terrorismo. E o governo paquistanês segue afirmando estar comprometido contra o terrorismo.
Egito	Tradicional aliado dos EUA vê com receio a chegada de	A queda de Hosni Mubarak em fevereiro de 2011 (	Apesar da desconfiança com governo Mohamed	Para os EUA apesar das turbulências serem

	uma ex-liderança da Irmandade Muçulmana além do fortalecimento dos salafistas no Congresso.	no poder desde outubro de 1981) foi talvez o maior o símbolo de maior impacto da Primavera Árabe	Morsi, o governo dos EUA segue como aliado com fortes laços com as forças armadas egípcias.	motivos de preocupação, a expectativa é por um regime democrático e que as condições sociais e políticas melhorem . Um ponto crítico para os EUA é relação entre Egito e Israel em constante ameaça com declarações pró – Palestina ou críticas a Israel que partem da irmandade muçulmana ou do gabinete de Morsi.
Israel – Palestina	Israel é um “aliado especial” dos EUA mas interesse a Casa Branca a retomada dos diálogos e do processo de paz com os palestinos e o isolamento de Israel com retórica mais agressiva não agrada aos interesses de Washington D.C.	Não houve mudança de regime embora manifestações anti-Israel e pela retomada das negociações de paz tem crescido principalmente no Oriente Médio e na Europa.	Os EUA seguem como aliados quase incondicionais de Israel embora isso não impeça a Casa Branca de manifestar seu eventual descontentamento com o governo israelense.	Uma Israel forte e mais independente dos EUA para sua segurança soa como um cenário favorável, contudo, uma Israel isolada politicamente e expansionista soa como um grande problema para os americanos.
Arábia Saudita	Desde dos anos 70 é o mais importante aliado estratégico dos EUA no mundo árabe . Embora se trate de uma monarquia que governa com grande repressão e que valoriza tradições que muitas vezes são anti-Ocidentais (principalmente no que diz respeito aos direitos e a emancipação das mulheres), a Arábia Saudita é para os EUA um aliado sólido, parceiro fundamental para sua segurança energética ²⁷ e também no combate ao terrorismo.	Não houve mudança de regime e manifestações foram duramente reprimidas mas forçaram a monarquia a sinalizar para reformas e a investir bilhões em “estabilidade doméstica”.	Segue como aliado estratégico dos sauditas.	O interesse da China no petróleo Saudita pode diminuir a importância estratégia da relação com os EUA e isso pode incentivar a Arábia Saudita a ser mais independente o que não necessariamente seria do interesse dos EUA.
Tunísia	No norte da África	Com a queda de	Por ter sido o primeiro	Inicialmente sem

²⁷ 17% de toda produção de petróleo da Arábia Saudita destina-se ao mercado estadunidense. Cf. dados da *U.S Energy Information Administration* disponível em: <<http://www.eia.gov/countries/country-data.cfm?fips=SA>> Acessado em 07 fev. 2013.

	era considerado entre os países muçulmanos um governo progressista para mulheres e também considerado um regime estável e confiável. Ben Ali, no governo desde 1987 foi o primeiro a cair no contexto da Primavera Árabe.	Ben Ali em meio a manifestações que se estenderam por um mês, houve eleições, vencidas por islâmicos moderados. O novo governo mais conservador não conseguiu uma estabilidade política e em 2013 novas manifestações poderiam comprometer a sustentação do governo.	regime a cair, a situação da Tunísia surpreendeu a Casa Branca que de oficialmente não esperava nem cogitava o que se desdobrou.	apoiar os manifestantes mas tão pouco declarando apoio a Ben Ali a expectativa dos EUA é pela estabilidade política e avanços sociais, principalmente quando ao desemprego, principal fator que desencadeia as manifestações anti-governo.
Irã	Sem relações diplomáticas desde a revolução Iraniana em 1979 , o país tem sido algo de uma “guerra fria” com momentos de tensões crescentes em torno do projeto nuclear iraniano	Não houve mudança de regime embora durante as eleições presidencial de 2009 houve uma intensa mobilização contra o governo de Mahmoud Ahmadinejad, o movimento ficou conhecido como “revolução verde” ou usar a cor verde como símbolo de protesto. A expectativa era eleger o candidato de oposição Mir-Hossein Mousavi, o que não ocorreu e grandes manifestações foram duramente reprimidas.	Os EUA tem oscilado entre momento de confrontação diplomática - com aplicação de sanções e com tentativas de isolar diplomaticamente o Irã – e tentativas de reaproximação e de diálogo, muitas vezes visto como desconfiança pela oposição doméstica nos EUA e próprio governo de Teerã.	Os EUA acreditam por meios diplomáticos com sanções e ameaças conseguir persuadir o Irã a desistir de seu programa nuclear bélico, evitando assim um conflito armado que poderia gerar grande instabilidade na região.
Turquia	Tradicional e histórico aliado dos EUA, a Turquia apesar de ter um governo controlado por um partido islâmico mostra-se com um poder moderador no oriente Médio capaz de exercer uma influência decisiva nos acontecimentos da região.	Não houve mudança de regime ao contrário, o governo do primeiro ministro Recep Tayyip Erdoğan tem se destacado como articulador colocando a Turquia como uma potência regional em ascensão.	Os EUA parece ver com bons olhos o bom momento da Turquia, tanto em relação a postura mais independente diante da União Europeia como diante das transformações do Oriente Médio.	A Turquia aos olhos dos EUA é sobretudo visto como um país em transição. Pressionados pela oposição doméstica, o governo Obama sinaliza desconfiar do governo de Ankara quanto a manutenção da laicidade turca de sinaliza também para uma maior cobrança quanto a temas relacionados aos Direitos Humanos e Liberdade de Expressão
Líbia	Os EUA apoiaram a	A mudança de	Interessa ao EUA	A expectativa é que

	mudança de regime mas buscaram não agir unilateralmente.	regime foi liderada pela Otan tendo os EUA aliado mas sem buscar assumir a liderança.	estabilidade regional e eficácia no combate ao terrorismo sob a liderança da Otan.	a Líbia volte a ser um aliado confiável do Ocidente.
Líbano	Um eventual fortalecimento do Hizbullah aumentaria a instabilidade regional e poderia ameaçar Israel. Por outro lado interessaria aos EUA que o Líbano fosse um bom exemplo de boas relações com o Ocidente e entre diferentes religiões.	Não houve mudança de regime mas há grande instabilidade tanto entre sunitas e xiitas como envolvendo questões regionais com Síria e Israel.	Os EUA esperam que o Líbano não se transforme em área de influência da Irmandade Muçulmana (via descontentamento dos sunitas) nem que o Hizbullah (xiita) ganhe força política e militar.	O Líbano é um país central aos interesses dos EUA, tanto para a estabilidade regional como para o mundo muçulmano como um todo.
Iraque	Pós – derrubada do regime comandado por Saddam Hussein, os EUA gostariam de ver um Iraque com eleições diretas e representativas com estabilidade política.	A mudança de regime foi anterior a Primavera Árabe.	Entre planos de uma retirada do Iraque os EUA temem o aumento da influência iraniana no Iraque e a continuidade de ataques terroristas em território iraquiano.	Os EUA esperam sair do Iraque deixando um país mais estável politicamente, e com um processo político mais representativo (para xiitas, kurdos e mulheres principalmente), além de pensar na segurança regional.
Marrocos	Importante parceiro comercial dos EUA, o regime monarquista do Marrocos temendo perder legitimidade respondeu aos protestos da Primavera Árabe com uma agenda de reformas políticas.	A monarquia persiste com novos poderes ao legislativo. E projetos visando mais transparência na política.	Sem manifestar grande apoio ao regime os EUA sinalizam com bons olhos as reformas visando maior transparência e participação política.	Interessa aos EUA estabilidade doméstica pois assim como manifestações na Tunísia chegaram até o Marrocos o caminho contrário também pode ocorrer além de afetar outros países como Egito e Argélia.
Bahrain	Aliado da Arábia Saudita, uma possível repressão aos protestos anti-governo podem não só gerar instabilidade regional como podem trazer problemas para a relação EUA – Arábia Saudita.	Não houve mudança de regime mas a estabilidade política muitas vezes se revela frágil.	A posição dos EUA é ambígua pois por um lado tende a apoiar as reivindicações por mais transparência, participação política e melhores sociais e econômicas mas por outro lado desagradar a família real Bahrain pode ter um preço a ser cobrado pela monarquia saudita.	O Bahrain dentro da área de influência da Arábia Saudita tem relevância como antagonismo a expansão regional do Irã.
Síria	Caso mais sensível dentro Primavera Árabe envolve uma guerra civil que se estende com	O regime comandado por Bashar al-Assad respondeu com extrema violência	A diplomacia dos EUA defende a saída de Bashar al-Assad do poder e apresenta sinais ambíguos se	Enviar tropas e liderar uma mudança de regime na Síria pode ser arriscado para os

	milhares de vítimas e milhares de refugiados	aos protestos contra seu governo. A situação avançou para uma guerra civil no qual apesar da perda de legitimidade Assad ainda controla boa parte do território e não sinaliza que ira sair do poder ou implementar reformas políticas.	poderia intervir ou se irá oferecer um apoio mais decisivo as forças de oposição.	EUA, especialmente num contexto de uma diplomacia contrária a intervenções militares e a mudanças de regime tendo os EUA como força unilateral. Contudo ao não agir diretamente, os EUA temem que o conflito na Síria se espalhe por outras regiões (envolvendo Líbano, Israel, Turquia e Irã), além dos problemas humanitários já existentes com refugiados na fronteira com a Turquia
Jordânia	Considerado um aliado fundamental dos EUA, é central para a estabilidade regional e para o processo de paz no conflito Israel – Palestina.	Não houve mudança de regime embora a mobilização política da Irmandade Muçulmana na Jordânia tem crescido.	Interessa aos EUA manter a Jordânia como aliado e para isso pretende manter investimentos e planos de cooperação bilaterais.	Manter a Jordânia como aliado e evitar fortalecer a Irmandade Muçulmana.
Afganistão	Apesar da mudança de regime e da presença de tropas americanas e de aliados, a região segue instável e com inúmeros grupos terroristas e com a Taliban ainda estruturado e como ator político importante.	A mudança de regime foi anterior a Primavera Árabe	Interessa aos EUA que o Paquistão exerce maior influência e mantenha sobre controle o Taliban e que tenha uma política efetiva de combate ao terrorismo.	O maior interesse dos EUA e que a região ganhe estabilidade e seja efetiva no combate ao terrorismo mesmo que para isso seja possível negociar novamente com o Taliban como força política.

Quadro 1 – Os EUA frente à Primavera Árabe

Conclusão

Nossa intenção neste ensaio foi apresentar alguns conceitos e ideias centrais para entendermos a projeção de poder e a forma com os EUA se relacionam com o

mundo. Nosso foco neste sentido foi pensar nas relações entre EUA e o islã e com o mundo muçulmano.

Quanto ao islã mostramos o debate e o embate entre uma visão modernista e a revivalista/ fundamentalista, cujos fundamentos, como mostramos, passam por temas e interpretações históricas fundamentalmente vinculados à religião e ao espaço público e por temas como a sucessão e a legitimidade em torno da sucessão e da ordem construída pós - profeta.

Em seguida, analisamos a relação contemporânea entre os EUA e o Mundo Muçulmano tendo como balizas as administrações George W. Bush e Barack H. Obama. Neste sentido discutimos conceitos centrais como a islamofobia e o antiamericanismo e tentamos mostrar as consequências de uma política mais assertiva como a de Bush e as consequências de uma política permeada por ambiguidades como a de Obama frente ao Mundo Muçulmano.

Nossa discussão culmina nas transformações e incertezas deixadas no rastro da Primavera Árabe. Se por um lado, a diplomacia americana parece concordar e apoiar as reivindicações dos jovens por melhores condições sociais, econômicas além de mais participação e transparência política, por outro, os EUA se veem cobrados por aliados tradicionais como Israel, Arábia Saudita e Paquistão que, em nome da ordem internacional, da estabilidade regional e de seus interesses domésticos específicos, contam com os Estados Unidos para a manutenção do status quo, um apoio que, no caso de Obama, apesar da retórica de “mudança” parece seguir sem alteração entre a face da contenção e da libertação tal como historicamente tem sido. Tanto Obama como Bush souberam mostrar os dois lados conforme a conjuntura. O dilema americano neste quadro parece ser entre manter a hegemonia assistindo a emergência “dos outros” como nos termos de Joseph Nye Jr. ou, nos termos de Norman Podhoretz “aos que acusam os EUA de serem um império em declínio. Eu considero que as duas premissas estão erradas. Nós não somos um império e não estamos em declínio²⁸” e, portanto, caberia aos Estados Unidos assumirem o fardo e a responsabilidade de ser “excepcionalmente” a única potência global de nosso tempo. O peculiar do momento que vivemos esta no fato de que diante de ambas as teses ou visões de mundo não há “hegemonia interna”

²⁸ Tradução livre; In: Entrevista a Em entrevista a Peter Robison para o Hoover Institution (Cf em: <<http://www.hoover.org/multimedia/uncommon-knowledge>> Acessado em 06 fev. 2013.

ou sequer consenso nem na política doméstica estadunidense nem na sociedade internacional de forma que a atuação do poder americano segue como em voo de cruzeiro mas as turbinas as vezes parecem fazer ruídos assustadores.

Referências Bibliográficas

- ALBRIGHT, Madeleine K. *Bridges, Bombs, or Bluster?* In: Foreign Affairs, out. 2003. V. 82, n. 05.
- ARON, Raymond. *A República Imperial*. Zahar Editores, RJ, 1975.
- AVISHAI, Bernard e BAHOUR, Sam. *Inércia dos EUA é risco para o Oriente Médio*. Estado de S. Paulo, 23/01/2013.
- BENJAMIN, Medea. *Drone Warfare: Killing by Remote Control*. Ed. Blackstone, NY. 2012.
- BERMAN, Russell A. *Anti-Americanism in Europe: A Cultural Problem*. Ed. Hoover Institution Press, Stanford, 2008.
- BESSA, António Marques. A Grande Expansão dos Portugueses in: Revista de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, n.01, 2007.
- COSTA, Helder Santos. *O Martírio no Islão*. Ed. ISCSP, Lisboa, 2003.
- CRAWFORD, Neta C. *Promoting democracy by military intervention is an oxymoron in ethical and political terms*. In: Regime Change Doesn't Work, in: Boston Review, Outubro /2011.
- FEARON, James D. *U.S. leaders know that regime change can be destabilizing and expensive, but they do it anyway*. In: Regime Change Doesn't Work, in: Boston Review, Outubro /2011.
- FERGUSON, Niall. *Civilization: The West and the Rest*. Penguin Books, NY, 2012.
- GEORGES, Fawaz A. *Obama and the Middle East: The End of America's Moment?*. Ed. Palgrave Macmillan, Londres. 2012.
- McCAIN, John; GRAHAM, Lindsey, LIEBERMAN, Joseph. *A Decida da Síria ao inferno*. Estado de S. Paulo, 02/01/2013.

- NYE, Joseph S.Jr. *In Libya, Obama has balanced interests and values while limiting risks*. In: Regime Change Doesn't Work, in: Boston Review, Outubro /2011.
- _____. *Understanding International Conflicts: An Introduction to Theory and History*. Ed. Longman, NY. 2008.
- PACE, Enzo. *Sociologia do Islã: fenômenos religiosos e lógicas sociais*. Ed. Vozes .Petrópolis. 2005.
- SACKS, Jonathan. God's Politics in: Foreign Affairs Dez/2012 V. 91, N. 6.
- Pew Research Global Attitudes Project. *Muslim-Western Tensions Persist*. Disponível em: <<http://www.pewglobal.org/2011/07/21/chapter-1-the-rift-between-muslims-and-the-west/>>. Publicado em: 21 jun. 2011.
- PODHORETZ, Norman. *World War IV: The Long Struggle Against Islamofascism*. Ed. Doubleday, NY. 2007.
- KAGAN, Robert. The Benevolent Empire in: Foreign Policy, Summer, 1998.
- KRISTOL, William. *Footprints on the Sand of Time* in: The Weekly Standard, Dez. 2012.
- KRISTOL, William e KAPLAN, Lawrence F . *The War over Iraq: Saddam's Tyranny and America's Mission*. Ed. Publishers Weekly, NY, 2003.
- LIPSET, Seymour Martin. *American Exceptionalism: A Double-Edged Sword*. Ed. W. W. Norton & Company, NY. 1997.
- LLOSA, Mário Vargas. *Apogeu e queda do Ocidente*. Estado de S. Paulo, 20/01/2013.
- TADJBAKHS, Shahrbanou. *International relations theory and the Islamic worldview* in: Non-Western International Relations Theory, Amitav Acharya e Barry Buzan (Orgs.) ed. Routledge, Londres, 2009.
- TIRMAN, John. *Violence begets violence, undermining the prospects for new regimes to thrive*. In: Regime Change Doesn't Work, in: Boston Review, Outubro /2011.